

Resenha Laboppi N. 1, setembro, 2019

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; COELHO, Denilson Bandeira; SILVA, Sidney Jard da. *Difusão de políticas públicas*. 1. ed. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2016.

Giovanna Vaz Ferreira¹

A obra “Difusão de Políticas Públicas”, organizada pelos autores Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Denilson Bandeira Coelho e Sidney Jard da Silva, respectivamente professores da PUC-Minas, UNB e UFABC, apresenta uma série de dez artigos, divididos em três partes. A área de difusão de políticas ainda tem sido pouco estudada no Brasil e a obra contribui para o campo de pesquisa, por apresentar diferentes estudos de caso. O fato de terem sido incluídos três artigos em línguas estrangeiras (inglês e espanhol), ressalta a importância da internacionalização do tema e a atenção dos organizadores ao nível de qualidade da produção acadêmica do país.

A primeira parte do livro se concentra nas abordagens, processos e atores. O primeiro capítulo escrito

por Denilson Bandeira Coelho, aborda os mecanismos políticos e institucionais da Difusão. O autor revisa a literatura a partir das teorias de difusão e aponta uma diversificação de elementos teórico-metodológico fundamentos teóricos conceituais a partir de determinantes internos e externos, ação coordenada ou descoordenada, fator estrutura e os mecanismos que impulsionam os governos

A pesquisadora chilena Cecília Osório Gonnet, apresenta, no segundo capítulo, os mecanismos e atores no processo de Difusão, a partir do caso dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTC) na América Latina. A principal característica dos PTC é o provimento de dinheiro para famílias em situações de extrema pobreza. Os países da América Latina, concentram os principais programas, sendo liderados pelo Brasil e o México. A autora argumenta que entre os atores cruciais para a difusão dos PTCs estão as comunidades epistêmicas. A autora argumenta que a coerção, aprendizagem e emulação são mecanismos, que influenciam a adoção de PTCs.

A segunda parte do livro apresenta casos sobre a difusão de políticas na federação brasileira. O primeiro artigo, escrito por Catarina Ianni Segatto, Fernando Luiz Abrucio e Hironobu Sano, mostra o caso da cooperação interestadual entre o Conselho Nacional de Secretários de

¹ Aluna de graduação do curso de Relações Internacionais da Unifesp, pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas Internacionais e bolsista doCNPq 2019/2020. E-mail: giovannavaz123@gmail.com

Estado da Administração (Consad) e o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) na difusão de reformas e políticas públicas. Os autores iniciam explicando o federalismo brasileiro e como esse tipo de sistema influencia na difusão de políticas públicas no nível interestadual. Essa difusão de políticas públicas, de acordo com os autores, cresceu a partir de 1990 devido à fatores econômicos, agências multilaterais, redemocratização e banco de dados. Logo, os autores argumentam que os Conselhos apresentados foram importantes na disseminação das reformas administrativas e educacionais no âmbito dos estados brasileiros devido a facilitação, disseminação de negociações e alternativas para as políticas vigentes.

Com uma outra abordagem, Celina Pereira, Matizaria Reis de Souza Camões e Pedro Lucas de Moura Palotti, explicam no capítulo seguinte a adoção da carreira de Gestor Governamental pelos estados brasileiros. Esta carreira engloba inovação, canais de comunicação e um sistema social e com isso os autores questionam a existência de um processo de difusão, que envolve este cargo. Por fim, os autores consideram que faltam evidências claras quanto à continuidade da disseminação dessa carreira nos demais estados.

A segunda parte encerra com um capítulo comparativo sobre o

Orçamento Participativo no Brasil, Peru, China, Coréia do Sul e as Filipinas, escrito por Brian Wampler. Neste capítulo, o autor apresenta um estudo sobre a difusão do Orçamento Participativo e afirma que a alta adaptabilidade desta política facilitou seu uso como modelo em outros países, sendo considerada uma “boa prática”. No capítulo o autor mostra tanto os processos, razões e justificativas da difusão, quanto o seu impacto em outros países.

A última parte do livro é dedicada ao Brasil e a internacionalização de suas Políticas. O primeiro capítulo de Zachary Elkins, trata dos debates da Assembleia Constituinte do Brasil de 1988 e questões detalhadas da difusão de instituições. O autor apresenta um conjunto de questões empíricas centrais para as formulações de muitas teorias acerca da difusão de instituições, em específico, dos debates da Assembleia Constituinte brasileira. Dentre os questionamentos estão: até que ponto os reformadores constitucionais se referem a modelos e experiências estrangeiros, por quais razões os reformadores se referem a modelos e experiências estrangeiras, como eles empregam essas referências no debate, e por fim, a quais modelos e experiências os reformadores se referem.

Jacint Jordana, por seu turno, no capítulo seguinte trata especificamente das agências reguladoras na América Latina. O

autor apresenta o modelo ideal para uma agência reguladora independente, que inclui funções de resolução de problemas de políticas já existentes e não podendo substituir o trabalho de um ministério. Além disso são tratadas a difusão dessas agências na América Latina em geral e comparando seus desempenhos com agências de outras regiões.

O capítulo escrito por Osmany Porto de Oliveira apresenta a ideia do Brasil como exportador de Políticas Públicas, por meio de um estudo sobre o Orçamento Participativo. O texto é importante para entender como se deu o processo de internacionalização dessa política e como ela foi importante para a aumentar a visibilidade internacional de Porto Alegre, com o acúmulo de prêmios, cooperação internacional e construção de redes. Além disso, comparando três cidades brasileiras, Porto Alegre sendo a pioneira, Belo Horizonte e Recife, o autor trabalha a difusão dessa política a partir do plano interno, diferentemente de Wampler, que trata do plano internacional.

O penúltimo trabalho da coletânea apresenta um caso específico e bem debatido até hoje que é a difusão da previdência complementar no Estado brasileiro. O texto de Maria Chaves Jardim e de um dos organizadores Sidney Jard da Silva trata da criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que faz parte de um amplo processo

de difusão dos fundos de pensão brasileiro em um cenário internacional de expansão das finanças. O texto tem uma linguagem e abordagem bem específica mas ajuda a compreender, mesmo que sinteticamente, a difusão internacional de fundos de pensão e como ela atingiu o país.

Por último, o escrito por Carlos Aurélio Pimenta de Faria, discute a difusão das políticas sociais e como elas servem de estratégia para uma inserção internacional. O autor apresenta e compara estas políticas sociais no cenário internacional entre dois governos, o de Lula no Brasil (2003-2010) e de Chávez na Venezuela (1999-2013). Nutrindo-se dos aportes teóricos de Dolowitz e Marsh, Pimenta de Faria explica como as políticas sociais destes governos foram instrumentalizadas na Política Externa de dois países que buscavam uma liderança regional. Após apresentar cada governo e a sua atuação internacional frente às políticas sociais, o autor concluiu que ambos os governos se valeram de instituições internacionais regionais para promover suas agendas externas em busca de conformação, porém com métodos distintos de promover a difusão de políticas.

A leitura da obra permite fazer um paralelo ao trabalho de Dolowitz e Marsh (2000), que são autores pioneiros da área e que servem de embasamento teórico para muitos outros estudos. Dolowitz e Marsh em trabalham com o objetivo de

desenvolver uma estrutura conceitual entre a relação de transferência voluntária e forçada com o sucesso ou fracasso da política.

A coletânea mostra que a questão da difusão de políticas está ganhando força entre os estudiosos no Brasil. Dada a importância crescente da difusão de políticas nas práticas governamentais brasileiras, tanto no nível federal como subnacional, é possível concluir que esta leitura se tornará obrigatória para aqueles que tiverem interesse no tema.

Referências

Dolowitz, D., & Marsh, D. (1996). *Who Learns What from Whom: a Review of the Policy Transfer Literature*. Political Studies.

Sobre o Laboppi: O Laboratório de Políticas Públicas Internacionais é um programa de extensão, da Universidade Federal de São Paulo - Campus Osasco, e grupo de pesquisa com registro no CNPq.